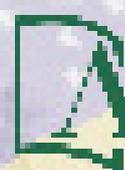


Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8	72
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO	
<i>Alane Maria da Silva</i>	
<i>Marilene Bizerra da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922018	
CAPÍTULO 9	83
CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
<i>Renner Coelho Messias Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922019	
CAPÍTULO 10	94
CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	
<i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<i>Izaque Pereira de Souza</i>	
<i>Aline Evelin Fabrício Macedo</i>	
<i>Ana Paula de Souza Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220110	
CAPÍTULO 11	105
DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS	
<i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220111	
CAPÍTULO 12	117
GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA	
<i>Daniel Neto Francisco</i>	
<i>Carlos Alberto Sarmento do Nascimento</i>	
<i>Lucimar Ferraz de Andrade Macedo</i>	
<i>Lamounier Erthal Villela</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220112	
CAPÍTULO 13	130
JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLITICAS PUBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?	
<i>Evânia Maria Oliveira Severiano</i>	
<i>Maria Luiza Fernandes Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220113	
CAPÍTULO 14	141
LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
<i>Fabrício Brito do Amaral</i>	
<i>Maria Fernanda Brito do Amara</i>	
<i>Deusiney Robson de Araujo Farias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220114	

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE

Francisco Coelho Mendes

Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Turismo e Hotelaria.

João Pessoa, Paraíba.

Magnólia Lima Verde Coelho Mendes

Graduação em Ciências Biológicas.

Universidade Federal da Paraíba, Hospital Universitário Lauro Wanderley.

João Pessoa, Paraíba.

RESUMO: O desenvolvimento do turismo requer o compromisso e o envolvimento de pessoas capacitadas e habilitadas para viabilizar a sua implementação. Diante da necessidade de interação entre os órgãos públicos e a iniciativa privada visando o desenvolvimento sustentável do turismo, questiona-se: como o programa de regionalização do turismo (PRT) é contemplado enquanto política de turismo nas localidades turísticas do litoral piauiense? A metodologia adotada foi do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, mediante a realização de pesquisa bibliográfica, consulta documental e entrevista (depoimento). Percebe-se que existe falta de habilidades institucionais, carências na gestão participativa, e pouco compromisso com o desenvolvimento turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Desenvolvimento do Turismo; Gestão do

Turismo.

ABSTRACT: The development of tourism requires the commitment and the involvement of people qualified and ability to viability its implementation. Given the need for interaction between public agencies and private initiative aimed at the sustainable development of tourism, the question is: how is the tourism regionalization program (PRT) contemplated as a tourism policy in the tourist areas of the Piauían coast? The methodology used was qualitative and descriptive research type, through bibliographical research, documentary consultation and interview (testimony). It is perceived that there is a lack of institutional skills, shortages of participatory management, and little commitment to tourism development.

KEYWORDS: Public Policies; Tourism Development; Tourism Management.

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento socioeconômico dos brasileiros, com a melhoria da qualidade de vida, aumentou sensivelmente nos últimos anos, favorecendo a busca pelas atividades de lazer e turismo. Isso tem diversificado e alavancado o turismo doméstico e internacional.

Em função das rápidas transformações

socioeconômicas e socioambientais promovidas pelo turismo no litoral do Piauí, verifica-se alterações na ocupação do espaço geográfico, no tocante ao crescimento populacional, a especulação imobiliária, e a depredação do litoral piauiense.

Nessa perspectiva, as políticas públicas aplicadas ao turismo no Piauí e a capacidade institucional dos órgãos gestores do turismo no Estado contam com a parceria público-privada entre a Secretaria de Estado do Turismo no Piauí (SETUR-PI), a Unidade do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Piauí (PRODETUR-PI) e a Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI), bem como as agências ou operadoras de viagens e a rede de hotéis, restaurantes e comércios da iniciativa privada.

Diante da necessidade de interação entre os órgãos públicos e a iniciativa privada para o desenvolvimento sustentável do turismo, questiona-se: Como o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) é contemplado enquanto política pública e como é aplicado às localidades turísticas do litoral do Piauí?

O estudo tem como objetivo geral: analisar como funciona o planejamento e o desenvolvimento do turismo no litoral do Piauí, que é formado pelos municípios de Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande. Para isso, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: identificar como funciona o planejamento e a gestão diante de uma parceria público-privada junto ao turismo do Piauí; compreender como o programa de regionalização do turismo foi implementado no litoral piauiense.

Acredita-se que existe uma grande dificuldade relacionada a gestão e o desenvolvimento do turismo do litoral piauiense, muitas das vezes, em função da falta de informação (comunicação) confiável ou da carência de instrumento de gestão factível.

A relevância do estudo se caracteriza pelo desenvolvimento de novos métodos de trabalho e práticas de gestão dos processos da SETUR-PI, SEPLAN-PI e PRODETUR-PI, que requer a existência de pessoal qualificado e comprometido, bem como a participação mais efetiva da sociedade na elaboração dos projetos, implementação e acompanhamento do desenvolvimento turístico sustentável.

As Políticas públicas de turismo no litoral do Piauí apresentam programas, projetos e ações mediante uma parceria público-privada, que retrata a situação do turismo no litoral, contemplado por uma panorâmica das políticas públicas do Ministério do Turismo (MTur) e do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) para a oferta e produção do turismo, bem como apresenta políticas envolvendo os programas de regionalização do turismo no polo do litoral piauiense, formado pelos municípios de Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande.

2 | PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

Diante da complexidade institucional, o Estado deve se organizar politicamente para o desenvolvimento local. Trata-se de evidenciar o ambiente das redes organizacionais composto por empresas, instituições, associações, sindicatos e governo que se relacionam para contextualizar as possibilidades de mercado, com maior eficiência e competitividade (HALL, 2004).

Segundo Cullingsworth (1997, *apud* HALL, 2004), planejar é um processo em que existem determinadas intenções para a definição de objetivos e metas, onde a prática do planejamento requer a elaboração de políticas. Portanto, cabe ao Estado liderar o processo de planejamento institucional. O processo de planejar é um método utilizado para trabalhar as relações entre Estado, sociedade e mercado na busca contínua pelo desenvolvimento.

O processo de planejamento norteia as políticas públicas diante das ações do poder público. Essas políticas são influenciadas por características sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade, pelo sistema político e pelas estruturas formais do governo. Portanto, a política pública representa a ação planejada do Estado perante a sociedade.

O processo de deliberação de uma política pública, conta com o apoio de diversos setores da sociedade e do Estado, que apresentam quase sempre interesses divergentes. Entender o funcionamento das políticas públicas pode ajudar a compreender as causas e as consequências das decisões que se processam nas diversas esferas de interesses públicos (HALL, 2004).

Nesse sentido, o turismo tem ocupado diversos espaços na estrutura político-administrativa do poder público, envolvendo vários atores econômicos, social e cultural. Portanto, Davidson (2001), entende o turismo como um setor transversal e que deve ser estruturado mediante a contribuição dos interessados em sua dinâmica interativa.

É importante entender as interações existentes entre as atividades turísticas e outros setores da iniciativa privada e poder público para definir o direcionamento do planejamento e da gestão do turismo nas tomadas de decisões sobre recursos, habilidades político-administrativas e influências político-partidárias do processo de gestão (ENDRES, 2008).

A gestão das políticas públicas de turismo resulta em um conjunto de regulamentações, diretrizes, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que servirão de base para a tomada de decisão coletiva ou individual, propiciando o desenvolvimento das atividades turísticas (GOELDNER, RITCHIE, MCINTOSH, 2002).

Conforme Bissoli (2001), o desenvolvimento das atividades turísticas é reflexo do planejamento local aplicado ao turismo.

O planejamento turístico é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivo, estratégias

e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo (...) no sentido de que vai ser dirigido à comunidade (...) [e] na medida em que é um processo que tende a consolidar uma série de decisões com um alto grau de racionalização (BISSOLI, 2001 p.34).

O Piauí procura melhorar o seu planejamento e desenvolvimento turístico implementando programas, como o PRODETUR, que visa ampliar a infraestrutura das localidades turísticas, com foco no desenvolvimento do turismo regional e na possibilidade de melhorias das alternativas socioeconômicas e socioambientais (SILVA, 2013).

Dessa forma, as políticas públicas e o planejamento local aplicado ao turismo inspiram novas pesquisas no intuito de detectar problemas de planejamento estratégicos, implementação de políticas públicas e desenvolvimento local ou regional sustentável.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Apartir do advento da redemocratização brasileira, na década de 1990, as políticas públicas de turismo passam a incorporar diretrizes que permitem a possibilidade do diálogo, incentivando a criação de vários espaços de participação para a sociedade demandar seus objetivos (ENDRES, 2012).

A partir de 1994, o governo brasileiro apresenta a primeira política de turismo específica, descentralizada e estruturada. Surge o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que tinha como objetivo:

Dotar os municípios brasileiros com potencial turístico de condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento da atividade turística e, principalmente, descentralizar as ações de planejamento, motivando o município como um todo, transmitindo as técnicas de planejamento turístico, de forma a elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento. (ENDRES, 2002, p.74).

O PNMT foi implantado com relativo sucesso em alguns municípios brasileiros, onde a participação e a conscientização turística já eram relevantes, como por exemplo, em Luís Correia e Parnaíba no Piauí, por existir um incentivo a economia criativa aliada ao turismo.

Apartir de 2003, o governo brasileiro continuou com as políticas descentralizadoras e inovou criando o Ministério do Turismo (MTur), bem como o Plano Nacional de Turismo (PNT) com o objetivo articulador do processo de planejamento turístico, ficando a cargo do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) focar na promoção e marketing internacional e institucional do Brasil (BRASIL, 2004).

O lançamento do PNT consolidava a gestão descentralizada, porém trouxe novas diretrizes relativas ao modelo de gestão social, como a importância da sensibilização, a governança participativa e mobilização social para a regionalização e interiorização

do turismo por meio de macroprogramas específicos (BRASIL, 2004).

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que foi atualizado nos sucessivos governos petistas, ainda é o principal macroprograma do governo federal de orientação para a política de desenvolvimento do turismo. O programa reitera a necessidade de fortalecimento institucional e de formação de redes (BRASIL, 2013).

No âmbito do estado do Piauí, existem dois órgãos que atuam diretamente no turismo, a Piauí Empresa de Turismo (PIEMTUR), criada em 2005, que sucedeu a Empresa de Turismo do Piauí, fundada em 1971. A PIEMTUR tem como finalidade elaborar, coordenar e executar as políticas de turismo no Estado. O outro órgão é a Secretaria de Turismo do Piauí (SETUR-PI), criada em 2007, que tem entre suas competências a de coordenar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Turismo (BRASIL, 2012).

A PIEMTUR desenvolvia ações direcionadas à área do planejamento turístico, com a execução de programas de qualificação de mão de obra em turismo, como cursos de formação de guias de turismo e informações turísticas, aplicados ao segmento hoteleiro e agenciamento. Inclusive, a Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí, composta por cinco hotéis no Estado, ficou sob a gestão da PIEMTUR até 1997. Atualmente, esses hotéis são arrendados e administrados pela iniciativa privada (BRASIL, 2012).

Atualmente, a SETUR-PI é responsável por ações antes realizadas pela PIEMTUR. Inclusive, a gestão do PRODETUR como Unidade Estadual Executora era atribuída à Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), que passou então para a responsabilidade da SETUR, juntamente com as demais ações dos projetos, programas e macroprogramas (SILVA, 2013).

4 | METODOLOGIA

A metodologia adotada foi do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, mediante a realização de pesquisa bibliográfica, consulta documental e entrevista (depoimento).

A amostra da pesquisa é composta por órgãos gestores do turismo no Estado, contando com a parceria público-privada entre a SETUR-PI, SEPLAN-PI, PRODETUR-PI e a iniciativa privada, como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação Brasileira de Agência de Viagens (ABAV), Associação Brasileira de Indústria Hoteleira do Piauí (ABIH-PI), que contempla os quatro municípios localizados na faixa litorânea do Piauí: Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande.

Para caracterizar os municípios pesquisados, identificamos que eles estão localizados no norte do Piauí. O litoral piauiense tem cerca de 66 km de extensão, possui uma população com cerca de 182 mil habitantes e apresenta características peculiares ao desenvolvimento turístico no Estado. A atividade turística da região

apresenta um significativo potencial para sua ampliação, vinculada ao segmento de sol e praia, bem como o ecoturismo, sendo este ainda incipiente (BRASIL, 2015).

A coleta de dados foi realizada no período de julho de 2015 a junho de 2016, conforme etapas previstas no cronograma de pesquisa. A análise dos dados foi realizada com base no plano de desenvolvimento sustentável do turismo, documentos relativos à normalização da atividade turística, bem como a realização de entrevistas com gestores, que devido a não necessidade de identificação, foram nomeados como “GESTOR A” para o respondente da SETUR-PI, “GESTOR B” para o respondente da SEPLAN-PI e “GESTOR C” para o respondente da PRODETUR-PI.

O eixo conceitual da pesquisa não esgota a problemática da gestão pública do turismo, uma vez que se restringe a investigar as melhorias contínuas do planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo. Esse recorte temático, traduzindo uma limitação do trabalho, tangencia alguns aspectos conceituais da legislação do MTur, tais como: políticas públicas; desenvolvimento sustentável do turismo; planejamento e controle de ações turísticas. Finalmente, a proposta está limitada a aspectos específicos da aplicabilidade do turismo no litoral norte do Piauí, sem condicionantes técnicos que possam generalizá-lo a outros segmentos do turismo e lazer.

5 | RESULTADOS

O processo de regionalização do turismo no Piauí é marcado por suas características geográficas e seus aspectos sociais refletidos na cultura e economia. Algumas ações foram implementadas visando descentralizar o turismo por microrregiões para garantir uma maior participação da comunidade local. O papel da comunidade participativa resulta na disseminação e no fortalecimento da cultura do turismo local, bem como a formação de rede organizacional cooperativa que se destaca pela presença do Conselho de Turismo (que conta com a participação da iniciativa privada, como SEBRAE, ABAV, ABIH-PI), que embora seja consultivo, influencia na tomada de decisões.

Dentre os desafios para a regionalização do turismo no Piauí, podemos destacar: a necessidade de fortalecimento do turismo com a gestão integrada entre a SETUR-PI, SEPLAN-PI e PRODETUR-PI; o pouco conhecimento da população quanto ao tema regionalização do turismo; e a necessidade de descentralização e interiorização das atividades turísticas no Estado.

Diante desses desafios procurou-se, por meio da SEPLAN-PI, desenvolver ações que possam atender as demandas locais. Dessa forma, a microrregião do litoral norte do Piauí, formada pelos municípios de Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, vem trabalhando a questão do planejamento coordenado entre as organizações que compõem esse polo turístico.

A SEPLAN-PI pode atuar decisivamente para estimular a implementação e a

fiscalização do desenvolvimento turístico sustentável, por meio do incentivo à prática do orçamento participativo, da implantação de sistemas de informações turísticas regionais, da participação ativa dos conselhos municipais para acompanhamento dos projetos estruturantes do turismo.

O planejamento estratégico é visto como um paradigma dos modelos de gestão institucional focado no planejamento, estruturação e operacionalização dos serviços prestados em prol do desenvolvimento sustentável do turismo. Nesse sentido, a SETUR-PI é responsável pelo planejamento estratégico, construção do conhecimento, desenvolvimento de técnicas e processos e gestão pública do turismo no Estado. Algumas ações foram realizadas visando garantir o desempenho do processo turístico, destacando-se a reestruturação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer (PDIL), a partir de 2013, especificamente para o turismo, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2015).

Diante do depoimento do “GESTORA”, a secretaria encontrar-se em processo de reestruturação, porém com um quadro técnico qualificado, habilitado e motivado para definir mudanças estruturais. Apesar das dificuldades encontradas pela nova estrutura administrativa, existem ações efetivas visando melhorar as habilidades institucionais para a gestão do turismo regional.

Quanto as práticas relacionadas ao programa de regionalização do turismo e as políticas públicas institucional, o “GESTOR A” mencionou:

Desenvolvemos políticas públicas junto ao polo turístico do litoral, procurando a melhoria da qualidade de vida dos residentes (...). Mas sabemos que a descontinuidade das políticas públicas prejudica os nossos projetos (...). Para uma cidade poder receber bem seus visitantes, deve ter bons restaurantes, confortáveis hotéis, mas deve ter também ótimos hospitais, boas escolas, segurança e trabalho para a população local.

Quanto ao planejamento e cronograma de capacitação ou treinamentos de servidores ou funcionários, o “GESTOR A” mencionou:

Nós até temos um planejamento previsto, mas temos dificuldades para implementá-lo, pois não temos profissionais habilitados e também temos dificuldades de encontrar parceiros para nos ajudar (...). Nosso litoral é realmente muito bonito e agradável, o Delta do Parnaíba, os casarios e as igrejas em Parnaíba, a Lagoa do Sobradinho em Luís Correia, o artesanato e as rendeiras na Ilha Grande, o projeto peixe-boi e o cavalo-marinho no Cajueiro da Praia são atrativos que precisam de profissionais qualificados para divulgar e valorizar mais a nossa história e cultura piauiense (...).

Quanto ao incentivo a participação efetiva da sociedade na elaboração dos projetos, implementação e acompanhamento do desenvolvimento turístico sustentável, o “GESTOR A” mencionou:

Até existem incentivos, os nossos técnicos são muito conscientes e competentes

(...). Porém, mais uma vez esbarramos nas dificuldades de implementação e acompanhamento do desenvolvimento turístico (...). Pois a secretaria não possui recursos financeiros e uma infraestrutura adequada para contemplar a população junto a esses projetos, deixamos a desejar na fiscalização, visita aos polos turísticos e atividades no campo. Mas pretendemos melhorar para o futuro (...).

Observa-se que existem algumas questões que precisam melhorar, como a comunicação interna, planejamento de ações, quadro de funcionários reduzido e reestruturação de normas e procedimentos internos. Observa-se também, que os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento do turismo são bastante limitados, o que desestimula o empreendedorismo e a criação de redes de relacionamento em prol do desenvolvimento turístico local.

Outro aspecto observado foi a descontinuidades das políticas públicas de desenvolvimento turístico, causando incertezas quanto a gestão pública, que às vezes prejudica o desempenho das ações efetivas. O quadro de recursos humanos reduzido e, às vezes, sem estabilidade empregatícia, desestimula os indivíduos da organização a desenvolver seu trabalho de forma efetiva e comprometida. Além de não possibilitar a perspectiva de evolução de cargos ou funções e de não agregar valor ao conhecimento, esse processo poderá causar a descontinuidade das ações de fortalecimento do turístico local.

Conforme depoimento do “GESTOR B”, as ações referentes a reforma administrativa procuram contemplar o fortalecimento do turismo regional, mediante o resgate do histórico-cultural e regional que valoriza a descentralização, por meio da parceria público-privada. No entanto, observa-se que os cargos públicos da alta administração são confiados às indicações políticas ou partidárias, que podem mudar e afetar a estrutura funcional, por falta de uma liderança qualificada ou comprometida com o desenvolvimento regional.

Quanto as práticas relacionadas ao programa de regionalização do turismo e as políticas públicas institucional, o “GESTOR B” mencionou:

A política pública no Piauí aplicada ao turismo, falta o básico dos serviços, que é energia de qualidade, segurança pública, água tratada, saneamento básico e transporte. Então, para mim como secretário, tendo água, energia, segurança e estradas, podemos ter escolas, hospitais, mercados (...).

Quanto ao planejamento e cronograma de capacitação ou treinamentos de servidores ou funcionários, o “GESTOR B” mencionou:

Nós precisamos melhorar as nossas ações estratégicas para a gestão do turismo, visando o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental das comunidades do litoral do Piauí. Muitos turistas vêm de outros países para praticar esportes no Cajueiro da Praia e na Pedra do Sal, mas não temos profissionais habitados para orientá-los.

Quanto ao incentivo a participação efetiva da sociedade na elaboração dos

projetos, implementação e acompanhamento do desenvolvimento turístico sustentável, o “GESTOR B” mencionou: “Até procuramos incentivar a participação da população, mas as principais dificuldades estão na falta de infraestrutura dos municípios e carência da infraestrutura turística (...).

Percebe-se que a SEPLAN-PI, vem passando por reestruturação da descentralização administrativa, regionalização dos programas, ações e distribuição orçamentária. Portanto, o planejamento estratégico da secretaria necessita adequar mudanças para multiplicar as instâncias regionais de deliberação e participação na construção das políticas, programas e projetos aplicados aos municípios localizados na faixa litorânea do Piauí: Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande.

Conforme depoimento do “GESTOR C”, existe uma preocupação com a comunicação e o planejamento coordenado com as instituições regionais, que tem como premissa básica o desenvolvimento sustentável e descentralizado. Porém, não existe um quadro de profissionais qualificados e comprometidos com as ações turísticas, que contemple o histórico do perfil dos turistas, análise da infraestrutura do setor turístico e avaliação da qualidade dos meios de hospedagem.

Quanto as práticas relacionadas ao programa de regionalização do turismo e as políticas públicas institucional, o “GESTOR C” mencionou:

As políticas públicas para o litoral do Piauí são oriundas de recursos do PRODETUR nacional em convênio com o Governo do Estado. A maioria dos recursos não estão vindos para o Piauí, porque são mal distribuídos (...). Aqui procuramos trabalhar em parcerias com as universidades, o Sebrae, a Embrapa e as empresas privadas da rede hoteleira (...).

Quanto ao planejamento e cronograma de capacitação ou treinamentos de servidores ou funcionários, o “GESTOR C” mencionou:

Temos planejamento e capacitação de profissionais, pois nossas praias só são frequentadas nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro. Precisamos melhorar essa frequência do turista, melhorando o planejamento dos eventos turísticos e melhorando o atendimento (...). Participamos de feiras, ministramos palestras nas escolas, organizamos eventos regionais, etc.

Quanto ao incentivo a participação efetiva da sociedade na elaboração dos projetos, implementação e acompanhamento do desenvolvimento turístico sustentável, o “GESTOR C” mencionou:

Nossa comunidade local é incentivada a participar da elaboração dos projetos turísticos, mas as principais dificuldades estão na falta de interesse da população, talvez por falta de conhecimento, por não acreditarem na infraestrutura dos municípios e devido a infraestrutura turística deficitária (...).

Observa-se também, falta de habilidades e capacidades institucionais coerentes com o desenvolvimento regional do turismo, falta de qualificação para enfrentar

desafios como mudanças constantes nos padrões de consumo dos turistas, carência de gestão compartilhada e participativa, e pouco compromisso com o desenvolvimento sustentável do turismo. Apesar da existência da legislação pertinente, os recursos financeiros, a infraestrutura dos municípios, infraestrutura turística e a capacitação profissional são limitados.

6 | CONCLUSÃO

O litoral piauiense possui potencialidade turística, no entanto, possui elevados índices de carências socioeconômicas, socioambientais e deficiência de infraestrutura. O Piauí necessita investir em marketing turístico e qualificação permanente do trade turístico, composto pelos municípios de Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, visando manter a equidade entre os estados do Ceará e do Maranhão, nos aspectos relacionados a qualidade dos serviços e a melhoria da infraestrutura turística. Entende-se que os municípios desse polo turístico possuem instrumentos de planejamento e gestão municipal, porém apresentam algumas deficiências quanto a sua capacidade institucional e o desenvolvimento de suas atividades turística.

Para compor a base do turismo sustentável e responsável, as atividades e ações turísticas devem ter como parâmetro a educação, a conscientização e a capacitação.

Dentre as principais ações de desenvolvimento turístico, sugerimos: integração entre os planos de desenvolvimento turístico dos municípios do litoral piauiense; capacitação profissional dos representantes legais do poder público e iniciativa privada que atuam na gestão participativa do turismo; reestruturação administrativa dos órgãos públicos, mediante a implantação de processos e descentralização das atividades turísticas; inventário da oferta turística, mediante o levantamento de pontos e estabelecimentos com potenciais turísticos e o registro informatizado das ações e atividades turísticas.

A capacidade institucional se faz necessário, tanto para os órgãos públicos, mediante o fortalecimento do turismo com a gestão integrada entre a SETUR-PI, SEPLAN-PI e PRODETUR-PI como para a iniciativa privada e comunidade local, mediante a descentralização e interiorização das atividades turísticas no Estado. Outra preocupação, diz respeito a qualificação permanente dos profissionais que atuam na gestão do turismo, bem como o plano de cargos e carreiras desses profissionais.

Os órgãos públicos devem se preocupar com a implementação e a fiscalização dos programas de regionalização do turismo desenvolvido no litoral piauiense, por meio do incentivo à prática do orçamento participativo, da implantação de sistemas de rede e informações turísticas regionais, e da participação dos conselhos estruturantes dos municípios para acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas turísticos.

Consideramos alguns aspectos positivos como a exuberância do litoral piauiense, a conservação das praias, a natureza paisagística e a qualidade no atendimento aos

turistas. A oferta turística baseia-se na visitação ao Delta do Parnaíba, na observação da flora e da fauna e na oferta de atrativos históricos, culturais e religiosos, caracterizados nas visitas às igrejas, nos palacetes, nas festas juninas, no carnaval, nas feiras de eventos, nos festivais musicais e nas competições de esportes náuticos radicais.

Os principais aspectos negativos referem-se a ocupação desordenada das áreas de praias com construção de mansões e meios de hospedagem, mão de obra local de baixa qualificação e pouco especializada. Nas lagoas do Bebedouro, do Sobradinho e do Portinho, constata-se uma grande especulação imobiliária e construção de casas em áreas irregulares. Observa-se a existência de um aeroporto equipado com instalações modernas, pronto para funcionar, porém não funciona para voos regulares.

Para alavancar o desenvolvimento econômico e social do litoral piauiense, precisa melhorar também os serviços de coleta lixo, tratamento de esgoto e destinação dos resíduos sólidos. Embora os quatro municípios já possuam o Plano Municipal de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PMGRS), no entanto, não foram implementados na prática.

As Secretarias de Turismo dos quatro municípios não possuem infraestrutura adequada para atender a demanda turística, muito menos recursos financeiros destinados às atividades propostas no calendário turístico dos municípios, o que dificulta a divulgação dos destinos turísticos, aliados à descontinuidade de políticas públicas regional.

Por fim, espera-se que a busca pela eficiência e efetividade dos instrumentos de planejamento e gestão propicia a mudança de paradigmas organizacionais e o comprometimento de profissionais envolvidos com o desenvolvimento sustentável do turismo.

REFERÊNCIAS

BISSOLI, M^a Ângela M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretoria da Unidade do Prodetur no Estado do Piauí (PRODETUR-PI). **Avaliação ambiental estratégica do Prodetur nacional no estado do Piauí, Polo Costa do Delta e Polo das Origens**. Brasília: MTur, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília: Mtur, 2013. Disponível em: www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/mapa_da_regionalizacao_novo_2013.pdf. Acesso em 14 mar. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do polo Costa do Delta. **PDITS Costa do Delta**. Teresina-PI: PRODETUR, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2011-2014**: turismo no Brasil. Brasília: MTur, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Políticas**. Brasília: MTur, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros dos Brasil. Diretrizes Políticas**. Brasília: MTur, 2013.

DAVIDSON, T. L. **O que são viagens e turismo**: constituem de fato um setor? In: THEOBALD, W. F. (org.) **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.

ENDRES, Ana V. **As políticas de turismo e os novos arranjos institucionais na Paraíba. Tese (doutorado)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2012.

ENDRES, Ana V. **Planejamento Estatal**: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. **Revista Turismo em Análise**. São Paulo, v. 13, 2002.

ENDRES, Ana V. **Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do Estado**: cenários e inquietações. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v. 5 (1), agosto-dezembro, 2008.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HALL, M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Maria Majaci Moura. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí. Tese (doutorado)**. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

